

BALANÇO SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Juliana Valentini
Inaê Nogueira Level

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar debates historiográficos sobre a escravidão e suas funcionalidades no sistema colonial, a construção de um imaginário negativo sobre os povos africanos e seus descendentes, os limites da proposta abolicionista implementada, bem como a permanência de enormes desigualdades entre brancos e não-brancos. Acreditamos que para avançar e superar o racismo em suas múltiplas formas é necessário a construção de uma visão de mundo, nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se, essa uma nova racionalidade que apenas poderá ser alcançada com a destruição do sistema de opressão que constitui como componente histórico-estrutural das relações sociais e econômicas capitalistas, visto que essa desigualdade é funcional para acumulação de capital.

Palavras-chave: Racismo. História da escravidão. Educação.

ABSTRACT

In this paper we discuss historiographical debates about slavery and its functionalities in the colonial system, the imaginary negative construction about the African people and their descendants, the abolitionist proposals limits implemented, as well as the enormous persistence inequalities between white and no –white people. We believe that to advance and overcome racism in all multiple forms, is necessary the construct a new rationality that can only be achieved destroying the system of oppression that constitutes a relations component social-historical and social capitalist and economic relations theses inequality is functional to capital accumulation.

Keywords: Racism. History of slavery. Education.

INTRODUÇÃO

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Esse ensaio versa sobre a escravidão, a construção de um imaginário negativo sobre os povos africanos e seus descendentes, os limites da proposta abolicionista implementada, bem como a permanência de enormes desigualdades entre brancos e não-brancos. Mesmo estando próximos aos 130 anos do fim da escravidão, ainda temos muito que avançar no combate à discriminação racial superação das desigualdades raciais na eliminação dos estereótipos que ainda hoje são mantidos sobre a cultura afro-brasileira, para avançarmos na superação do racismo entendemos a necessidade da destruição do sistema de opressão que constitui como componente histórico-estrutural das relações sociais e econômicas capitalistas.

Conhecer a história das revoltas e dos levantes negros, a trajetória de resistência e luta seja contra a escravidão, ou contra sua inserção subordinada no modo de produção capitalista de maneira subordinada e inferior em relação à do operário branco, constitui uma arma contra a negação da existência do próprio racismo, contida no mito da “democracia racial”.

Esse tema vem ao encontro das demandas do estado do Amazonas, especialmente no que se refere às instituições de ensino localizadas no interior do estado, na medida em que o debate, os grupos de estudo e intervenções sociais voltadas para a questão racial ainda são incipientes, quando não inexistentes.

Desse modo, vimos direcionando ações de ensino, pesquisa e extensão que visam fomentar uma prática educacional baseada no estudo da luta e resistência da população negra, com o intuito de tornar visível a participação da cultura negra e indígena¹ nas práticas educativas locais, através da efetivação da temática no âmbito escolar.

A inclusão do estudo da História e da Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação básica representou um grande passo rumo ao reconhecimento e a valorização histórico-cultural da população brasileira. Possibilitou também, o conhecimento e a compreensão das diversidades culturais e ampliou os debates acerca dos juízos de valor e estereótipos construídos sobre o continente Africano e seus povos.

¹ A temática indígena não será tratada nesse artigo, mas vem sendo tratada em projetos de pesquisa e extensão, como: “(Re)Conhecendo a Cultura Afro-brasileira e Indígena no Sul do Amazonas”, Semana da Consciência Negra “Toda forma de Consciência”.

CONHECER A ÁFRICA! POR QUÊ?

Por que as relações entre Brasil e África em seus elementos históricos e culturais se fazem tão presentes? Para responder a essa questão retomaremos ao contexto histórico que deu início a esta relação. Entre os séculos XVI e XIX cerca de 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros, esses dados indicam uma organicidade ímpar entre o Brasil e a África, pois possuir escravos significava conviver com africanos (Florentino, 1997, p. 23). O sucesso dos empreendimentos do comércio de homens tornou-se o item de maior peso nas importações coloniais, ampliou a presença de africanos no Brasil colônia, gerou uma significativa acumulação de capitais para os traficantes de escravos e teve um enorme custo humano para as populações escravizadas;

Assim o *“tráfico pode ser tratado como variável do cálculo econômico da empresa escravista colonial, enquanto fluxo demográfico; e como um negócio”* (Florentino, 1997, p. 24). Apesar uma grande variedade de abordagens sobre o termo, buscaremos contextualizar historicamente a presença dos africanos na América e apresentar um breve relato sobre as lutas e conquistas dos afro-brasileiros, no passado e no presente.

Para atender as demandas da exploração colonial a metrópole elaborou em território brasileiro *“formas de organização do trabalho historicamente novas, entre as quais a escravidão indígena e africana ...”* (MONTEIRO, 56). Iniciando com a exploração dos nativos – organizada a partir do fomento e participação dos europeus nas guerras intertribais, dos casamentos inter-étnicos, da catequese, dos aldeamentos – por meio de iniciativas que visavam transformar os nativos em mão de obra rentável aos interesses de colonos e da metrópole.

De modo geral, a integração dos nativos à sociedade colonial destruiu-os e com a redução drástica da mão-de-obra indígena¹ a saída encontrada pelos conquistadores foi a introdução compulsória do negro da África no país. No entanto, a escravidão indígena não foi totalmente eliminada, apesar dos vários elementos que contribuíram para a decadência da exploração dessa mão de obra – resistência indígena, as disputas entre

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

colonos e jesuítas, o fracasso dos aldeamentos, a incompatibilidade dos interesses dos colonos com a dinâmica social interna das sociedades indígenas – é inegável que esses fatos aliado a outros como a redução do número dos nativos, tenha contribuído para a opção do negro africano como força de trabalho nas novas terras.

A exploração da mão de obra dos povos africanos e seus descendentes, vindo da Angola, Guiné, Moçambique, Mina, Benguela e entre outras, engendrou um amplo ‘comércio de almas’. A relação dessa atividade mercantil na sociedade colonial ultrapassa a indução externa dos anseios metropolitanos, pois criou um ‘poderoso circuito endógeno de acumulação’ com um relevante grau de autonomia frente ao capital internacional. Essa prática comercial permitiu aos traficantes de mão de obra africana desfrutarem de uma condição social ímpar, como elite colonial, o que, por sua vez, lhes propiciava uma posição capaz de influenciar decisivamente os destinos das políticas interna e externa do Estado (Florentino, 1997, pp. 09-10).

O tráfico causou a queda do valor da mão-de-obra escrava, permitiu sua superexploração e imediatamente a sua substituição, diminuindo o intervalo entre o desembolso da compra e o seu reembolso. Essa demanda forjada pelo comércio atlântico de homens firmou-se como um dos mais importantes setores de acumulação para o capital comercial europeu.

A sociedade colonial passou a ser estruturada em uma economia agrária, voltada para a exportação, monocultora, cuja mola propulsora foi a mão de obra escrava. Essa afirmação não descarta a mineradora, ou a existência, como já mencionado, de uma acumulação interna resultante do tráfico de escravos, ou mesmo em outras dimensões, do desenvolvimento do mercado interno na economia colonial e nelas a inserção da economia de subsistência que ora integrava /complementava ora resistia e era autônoma em relação aos mercados externos” (LAPA,42), na qual estavam envolvidos lavradores, trabalhadores livres, e artesãos autônomos.

Para a economia colonial foi fundamental o uso da força de trabalho de escravos africanos, que passaram a ser obrigados a adaptarem-se ao trabalho escravo, porém não o aceitavam. As demonstrações de resistência ultrapassaram as conhecidas fugas e organizações de quilombos, de insurreições, do que a maioria não participou. As

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE resistências ocorriam na vida cotidiana, como mau trabalhador, como sabotador do trabalho, como um trabalhador que exigia um alto custo de vigilância. Calculada evidentemente como coeficiente do custo geral da produção (GORENDER, 1990 p. 251).

Para Gorender, o escravo no Brasil Colonial era tratado como uma mercadoria, poderia ser comprado e vendido, alugado, hipotecado, sequestrado ou penhorado e assim por diante, ou seja, do ponto de vista social ele era coisa. O que não tira a sua condição de sujeito que possuía subjetividade, podia reagir ao senhor, seja pela insubordinação, pela astúcia, ou pela violência, ou mesmo em alguns casos – pela negociação. (Gorender, 1990, p. 251).

Desse modo, as antigas terras indígenas foram paulatinamente ocupadas pelo colonizador e pelo negro, trazido para trabalhar nas mesmas. São montadas as bases do escravismo colonial que, durante quase quatrocentos anos, imprimiu o ritmo de desenvolvimento interno da nossa economia, da nossa vida social e da nossa cultura.

A sociedade colonial foi composta por uma população majoritariamente não-branca que compôs as camadas sociais mais baixas da sociedade, essa estrutura social permanece nas bases da sociedade contemporânea, em que parte da população afro-brasileira e indígena, em grande medida, ainda estão excluídas dos benefícios do processo econômico e, compõe uma categoria sempre crescente de vítimas das políticas repressivas do estado. Em 1872 habitavam as três maiores províncias escravistas do império, 819.798 escravos e 2.890.154 homens e mulheres livres, dessa população 41% era descendente de escravos. (MATTOS, 1998).

O fim da escravidão foi bandeira de movimentos e ações durante o período colonial e imperial, um desses foi o movimento abolicionista, que promoveu ações de financiar a compra de alforrias de negros, havia também o debate entre a elite brasileira que tentava achar uma solução para o fim da escravidão, uma delas foi embranquecer o Brasil, alegando que os negros eram incapazes de assumir os novos postos de trabalho que surgiriam posteriormente. Essas ideias eugenistas estiveram presentes nas décadas anteriores e ajudaram a montar o arsenal ideológico que serviu de justificativa para o extermínio de indígenas e para a escravidão negra. A fala que segue é do iluminista Charles Montesquieu, que tratou a escravidão como algo negativo aos escravos e

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

‘senhores’, os primeiros por não poderem agir de modo evidentemente virtuoso e moral, enquanto aos segundos pelos maus hábitos, a crueldade que desenvolveriam no trato diário com os escravos.

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria (...) Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro. (MONTESQUIEU, 1973, p. 215)

Nessa construção ideológica a imagem dos povos negros, ao ser narrada do ponto de vista de seus conquistadores, ainda é construída por uma imagem negativa, que desumaniza e justifica, assim, a exploração dessa mão de obra, bem como alimentou uma visão estereotipada sobre a população afro-brasileira, baseada nas teorias eugenistas que vigoravam, como nas obra *Systema Naturae* (1735), de Carl Linné² que definiu uma taxionomia humana, na qual definiu o africano como: “*Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios tímidos; engenhoso, indolente, negligente*”, essas visões ideológicas presentes na visão do conquistador mantiveram-se nos pós abolição.

Esses e outros estudos desenvolvidos em universidades europeias e estadunidenses buscavam comprovar que os povos nativos do continente africano estavam fadados ao desaparecimento, dessa forma as violências e extermínios cometidos no colonialismo e no neocolonialismo europeu eram entendidos como um passo do desenvolvimento natural desses povos, nesse contexto, “uma antropologia colonialista adquire o status de ciência e passa a dar respaldo à aventura de dominação das metrópoles dominadoras”, como podemos verificar na obra de Clóvis Moura “com a formação do estado brasileiro as classes dominantes fomentam um *tipo ideal de nação*, e esse tipo escolhido é exatamente o oposto daquele que produzia a riqueza, mas reflete o modelo do

² A partir do século XIX, com o aumento da produção dos países industrializados, o capitalismo passa pela primeira grande crise econômica (superprodução e subconsumo), e para solucionar a crise, parte para a partilha dos continentes africano e asiático. Com a retomada do saque promovido pelo imperialismo europeu, o discurso de inferioridade da África e de seus habitantes ganhou força novamente, desta vez, com contornos mais precisos, principalmente depois dos estudos “*científicos*” que deram origem ao que chamamos hoje de racismo científico.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE antigo colonizador *branco*. Criam-se, então, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente.

No Brasil o resultado dessa visão foi a defesa do branqueamento, que seria possibilitado com a vinda de imigrantes europeus. A questão racial passa a ser associada a condição social do sujeito, os segmentos mestiços, para se classificarem nessa escala cromática têm, também, de ascender na escala social. Um mulato pobre é negro, um mulato rico é branco, e esse seria o ideal a ser alcançado. A abolição ocorre ao mesmo tempo em que a crise em algumas regiões da Europa, como a Itália, possibilitou o grande fluxo de imigrantes no final do século XIX.

Após séculos a escravidão que alimentou uma “pedagogia de terror”, ou seja, o uso da violência física com diferentes instrumentos de tortura geralmente praticada em público, muitas vezes nos incontáveis pelourinhos ainda presentes em algumas cidades brasileiras. Essas estratégias aliadas com as pressões e imposição do medo de ser vendido e separado da família, visavam a submissão dos cativos e a contenção das fugas e rebeliões.

Com o avanço da resistência e do movimento abolicionista algumas correntes do liberalismo econômico passaram a tecer alegações das desvantagens da escravidão, com alegação da inaptidão do africano, de sua ignorância e incapacidade de realizar certas tarefas. Parte dos grupos de proprietários (os barões), principalmente do Sudeste, resistiram contra a abolição da escravidão, pois viam nessa mão de obra o sustento da grande lavoura e do mercado interno.

A transição do trabalho escravo para o livre conservou a estrutura fundiária, ao mesmo tempo em que limitou o acesso à propriedade, por meio das restrições da Lei de Terra, as classes dominantes mantiveram-se praticamente as mesmas e com mesmo poder de decisão sobre os rumos do estado brasileiro. A economia manteve-se voltada para a exportação cafeeira, fornecedora de gêneros primários. A importação de grandes contingentes de imigrantes europeus (brancos), colaborou para a marginalização da população negra.

Para Moura, o preconceito de cor passa a agir como um mecanismo regulador do capitalismo dependente, mantém os baixos padrões de salários, intensifica o controle

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE sobre o negro por meio da repressão, constrói e alimenta a imagem do negro desordeiro, criminoso, baderneiro e antibrasileiro. Em outro momento passa-se a defesa do branqueamento e desconstrução da identidade de lutas dos afro-brasileiros, para Clóvis Moura, “*grandes segmentos negros, tendo introjetado essa ideologia do colonizador, procurassem passar por brancos, ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado, o branco*” (MOURA, p. 30).

Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros, fujam das suas origens étnicas, tendo a funcionalidade de um articulador da consciência crítica do negro, que passa a assimilar os valores e padrões brancos. Constituindo, assim, o suporte ideológico para o mito da “*democracia racial*”⁴, sobre a qual assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro. (MOURA, p. 31).

Portanto, é equivocado pensar que após a Lei Áurea as lutas e resistência deixaram de existir dando lugar a um ambiente supostamente mais harmonioso, ao contrário, a lei não garantiu a igualdade de direitos entre brancos e negros, as barreiras criadas pela lei de terras dificultavam/impediam os ex-escravos de tornarem-se proprietários e produzissem para a subsistência, conforme José de Souza Martins “*num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa* (Martins, 1998, p.32).

Dentre os principais conflitos republicanos com participação efetiva da população negra (homens e mulheres) temos: A Guerra de Canudos, A Revolta da Vacina e A Revolta da Chibata, a Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro – TEN, Movimento das Mulheres Negras, que por diferentes caminhos lutavam para a construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais.

As revoltas protagonizadas por negros evidenciam a insatisfação constante que vivia boa parte da população brasileira, sem mudanças nas condições de vida para a população livre que se espreitava nos centros urbanos e no interior. Passam a ser registradas a criações de grupos de associações, grêmios e clubes para mobilizar a população negra. No decorrer do século XX houve diversos movimentos com ações e objetivos distintos, conforme o contexto histórico que foram surgindo. Constituíram espaços de debate,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE mobilização, denúncia de práticas preconceituosas, defesa de políticas que garantissem a igualdade social, cultural e política.

CONCLUSÃO

As heranças de uma sociedade escravocrata e a colonização baseada na concentração fundiária constituíram elementos importantes para a construção de uma nação calcada na exclusão, persistente até os dias atuais, especialmente quando se relaciona o rendimento médio entre negros e brancos. Essa disparidade é indissociável das possibilidades de acesso à educação, que tem formado um número cada vez maior de analfabetos funcionais – sabem ler e escrever, mas têm dificuldades básicas de compreensão e fazer operações matemáticas, exigências básicas para pleitear trabalho e avançar na maioria das carreiras.

Associado aos baixos rendimentos e às precárias condições de vida, os negros passaram a ser associados à criminalidade, o estigma da senzala manteve-se nas periferias e os presídios se tornaram os novos “troncos” no século XX. *Em decorrência de tais práticas, os negros continuam a morrer, continuam a ser presos, continuam a ser jogados à ferros. Mesmo com os constantes investimentos em segurança, parece que o benefício destes mantém-se apenas a beneficiar a “Casa Grande”.* (OLIVEIRA FILHO, 2016 p. 71).

Logo, o racismo pode ser compreendido como a justificação ideológica para a hierarquização da força de trabalho e suas distribuições desiguais do rendimento, essas asserções ideológicas davam-se sob a forma de alegações que supunham traços “culturais” genéticos.

No caso particular do Brasil, esse etnocentrismo do branco em relação ao não-branco exerce o papel de estabelecer fronteiras hierárquicas do ponto de vista étnico, visando dificultar ou inviabilizar a mobilidade social vertical, individual ou massiva. Fecha-se o leque de oportunidades para os membros considerados ‘inferiores’. Isto aconteceu desde o Brasil colônia e durante todo o período imperial, prosseguindo, com modificações modernizadoras, até os nossos dias.

Referências

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo, Ática, 1990.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

LINNÉ, Carl Von. *Systema Naturae*, 1758.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.37913.

MONTESQUIEU, Charles. *Do espírito das Leis*, São Paulo, 1973, p. 215.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. In: *Revista Princípios*, São Paulo, n. 34, agosto a outubro de 1994.

MOURA, Clóvis. Reflexões sobre o Racismo. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/4qjj2xtrzr5s8b8/reflex%C3%A3o%20sobre%20o%20racismo.pdf?dl=0> > Acesso: 18/09/2017.

OLIVEIRA FILHO, Enio Walcácer. A Criminalização do Negro e das periferias na História Brasileira. *Vertentes do Direito* 3 (1), 60-75, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/2018/8782>> Acesso em: 18/09/2017.

Recebido 20/9/2017. Aceito: 24/11/2017.

Sobre autoras e contato:

Juliana Valentini - Mestre em História pela UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), área de concentração História, Poder e Práticas Sociais, linha de pesquisa Estado e Poder. Possui graduação em História Licenciatura Plena pela mesma instituição (2011). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. E-mail: juliana.valentini@ifam.edu.br.

Inaê Nogueira Level - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Rondônia (2013). Atualmente é professora de sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. E-mail: inae.level@ifam.edu.br.